

vi) Vigilância de hipertensão, tendo como população alvo os hipertensos vigiados na USF:

Critérios	Indicadores
Com pelo menos uma avaliação (registo do resultado) de pressão arterial por semestre.	Percentagem de hipertensos com registo de pressão arterial nos últimos seis meses (avaliar dois semestres e fazer a média) (indicador 5.10).
Grupo de risco de hipertensão activo e registo de índice de massa corporal (IMC) no último ano.	Percentagem de hipertensos com pelo menos um registo de IMC nos últimos 12 meses (indicador 5.13 modificado).
Com PNV actualizado . . . . .	Percentagem de hipertensos com vacina antitetânica actualizada (indicador 6.2 modificado).

b) O valor dos incentivos é atribuído na sua totalidade nos casos em que se verifique o seguinte cumprimento das metas nos 17 indicadores de desempenho:

Número de indicadores de desempenho contratualizados	Pontuação máxima possível (100%)	Pontuação mínima a obter (90%)
17	34	30

c) O valor dos incentivos é atribuído a 50%, nos casos em que se verifique o seguinte cumprimento das metas nos 17 indicadores de desempenho:

Número de indicadores de desempenho contratualizados	Pontuação máxima possível (100%)	Pontuação mínima a obter (75%)
17	34	25

#### ANEXO III

(a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º)

#### Métrica de avaliação das metas contratualizadas e critérios de atribuição dos incentivos institucionais

1 — Tabela para avaliação das metas contratualizadas:

Estado	Pontuação	Classes	
		Acessibilidade Desempenho assistencial Satisfação dos utentes	Eficiência
Atingido . . . . .	2	> 90 %	≤ 100 %
Quase atingido . . .	1	[80 % — 90 %]	[100 % — 105 %]
Não atingido . . . .	0	< 80 %	> 105 %

2 — Critérios para atribuição dos incentivos institucionais:

a) O valor dos incentivos é atribuído na totalidade, nos casos em que se verifique cumulativamente o com-

promisso nas quatro classes de indicadores, conforme a tabela seguinte:

Classes	Número de indicadores contratualizados	Pontuação máxima possível (100%)	Pontuação mínima a obter (90%)
Acessibilidade . . . . .	4	8	7
Desempenho assistencial	8	16	14
Satisfação dos utentes . .	1	2	2
Eficiência . . . . .	2	4	4

b) O valor dos incentivos é atribuído a 50% nos casos em que se verifique cumulativamente o compromisso nas quatro classes de indicadores, conforme a tabela seguinte:

Número de indicadores contratualizados	Pontuação máxima possível (100%)	Pontuação mínima a obter (80%)
15	30	(*) 24

(\*) Ter atingido pelo menos um indicador de desempenho económico,

#### ANEXO IV

(a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º)

#### Valor dos incentivos institucionais

Número de unidades ponderadas (UP) por USF	Valor dos incentivos (euros)
< 8 500	9 600
8 500 — 15 500	15 200
≥ 15 500	20 000

### MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

#### Portaria n.º 302/2008

de 18 de Abril

A Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que aprovou a Lei de Bases da Protecção Civil, definiu a Comissão Nacional de Protecção Civil como o órgão de coordenação em matéria de protecção civil, assistindo o Primeiro-Ministro e o Governo nesta matéria, assim como estabeleceu as competências e a composição da mesma Comissão. O Decreto-Lei n.º 56/2008, de 26 de Março, determinou que as normas para o seu funcionamento são as definidas por portaria do membro do Governo responsável pela área da protecção civil.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 56/2008, de 26 de Março, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Protecção Civil, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

A presente portaria estabelece as normas de funcionamento da Comissão Nacional de Protecção Civil, adiante designada Comissão, a que se referem os artigos 36.º e 37.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho — Lei de Bases de

Protecção Civil, bem como o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 56/2008, de 26 de Março.

#### Artigo 2.º

##### Presidente

Compete ao presidente da Comissão exercer as funções previstas no artigo 14.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo das demais funções atribuídas por lei e por este regulamento.

#### Artigo 3.º

##### Secretário e secretariado

1 — O secretário e o seu substituto são designados pelo presidente, mediante proposta do presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

2 — Incumbe ao secretário:

- a) Coadjuvar o presidente no funcionamento das reuniões da Comissão;
- b) Elaborar os projectos das actas das reuniões e apresentá-los ao presidente para envio aos membros e participantes da Comissão e posterior aprovação;
- c) Exercer as demais competências previstas na lei.

3 — O secretariado da Comissão é assegurado pela ANPC, incumbindo-lhe, nomeadamente:

- a) Apoiar o presidente na preparação das reuniões da Comissão;
- b) Assegurar a recepção, registo, tratamento e encaminhamento adequados de todo o expediente e documentação relativos às matérias incluídas nas competências da Comissão, bem como assinar e fazer expedir qualquer correspondência ou outras comunicações a que haja proceder-se;
- c) Submeter ao presidente para decisão no âmbito das suas competências próprias quaisquer assuntos dependentes de deliberação da Comissão;
- d) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pelo presidente ou por deliberação da Comissão.

#### Artigo 4.º

##### Membros e participantes

1 — Os membros efectivos e substitutos da Comissão a que se referem as alíneas a), c) e d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, bem como os participantes a que se referem o n.º 2 e o n.º 3 do mesmo artigo, são designados pelas entidades que representam mediante comunicação escrita ao presidente da Comissão, que deve conter a respectiva identificação e os elementos necessários para a realização de comunicações.

2 — As entidades representadas na Comissão comunicam ao presidente, até ao início das reuniões, qualquer alteração superveniente, temporária ou definitiva, dos seus representantes.

#### Artigo 5.º

##### Reuniões

1 — A Comissão reúne em sessão ordinária, duas vezes por ano, nos meses de Abril e Outubro, e extraordinariamente sempre que o seu presidente o entenda necessário.

2 — A Comissão delibera com a presença da maioria dos seus membros, excepto se for convocada com carácter de urgência.

3 — A ordem de trabalhos pode ainda incluir os assuntos da competência da Comissão que para esse fim sejam indicados por qualquer dos seus membros, mediante comunicação escrita a apresentar ao presidente, antes de este convocar a reunião.

#### Artigo 6.º

##### Convocatória

1 — As reuniões são convocadas pelo presidente, devendo a convocatória indicar a ordem de trabalhos, o dia, hora e local da reunião.

2 — A convocatória é comunicada a todos os membros e participantes da Comissão por qualquer meio que garanta o seu conhecimento seguro e oportuno, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.

3 — É dispensado o prazo referido no número anterior nas situações de manifesta urgência.

4 — Qualquer alteração ao dia, hora ou local fixados para as reuniões é comunicada a todos os membros e participantes da Comissão.

#### Artigo 7.º

##### Deliberações

1 — As deliberações da Comissão assumem a forma de resolução, recomendação, parecer ou informação.

2 — As deliberações da Comissão são tomadas, preferencialmente, por consenso.

3 — Nos casos em que a lei o imponha ou o presidente o entenda conveniente, designadamente por não ser evidente o consenso, ou ainda a requerimento de um dos membros, a Comissão delibera por maioria simples de votos dos presentes, salvo disposição legal em contrário.

4 — A votação é nominal, cabendo um voto a cada membro mencionado no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho.

5 — O presidente tem voto de qualidade.

#### Artigo 8.º

##### Acta das reuniões

1 — De todas as reuniões é lavrada acta que é posta à aprovação de todos os membros que nela estiveram presentes, no final da reunião ou na que imediatamente se lhe seguir.

2 — Às actas da Comissão são anexados e rubricados pelo presidente os pareceres, relatórios técnicos, declarações de voto, moções e quaisquer outros documentos relevantes, produzidos ou apresentados durante a reunião, que sustentem o sentido e fundamentação das deliberações tomadas e de eventuais posições discordantes, que delas devem constar e fazer parte integrante.

3 — As actas aprovadas são assinadas pelo presidente e pelo secretário, sendo registadas e arquivadas em volume apropriado no secretariado da Comissão.

4 — Nas reuniões convocadas com carácter de urgência, a Comissão pode deliberar que a acta seja aprovada em minuta, caso em que as deliberações tomadas são eficazes após a assinatura da respectiva minuta, independentemente da ulterior aprovação da acta.

**Artigo 9.º**

**Subcomissões permanentes**

1 — O mandato e a constituição das subcomissões permanentes, criadas ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, são fixados por resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil.

2 — As subcomissões referidas no número anterior aprovam o seu regulamento interno de funcionamento.

3 — O secretariado das subcomissões é assegurado pela ANPC.

**Artigo 10.º**

**Direito subsidiário**

As matérias não expressamente reguladas no presente diploma regem-se pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo e demais disposições legais aplicáveis.

**Artigo 11.º**

**Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado da Protecção Civil, *José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros*, em 9 de Abril de 2008.

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**Portaria n.º 303/2008**

**de 18 de Abril**

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, que seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos comemorativa dos «500 Anos da Cidade do Funchal», com as seguintes características:

*Design:* Sofia Martins;

*Dimensão:* 40 mm × 30,6 mm;

*Picotado:* 13 × Cruz de Cristo;

*Impressor:* Cartor;

*1.º dia de circulação:* 15 de Abril de 2008;

*Taxas, motivos e quantidades:*

€ 0,30 — Fortaleza de S. Lourenço — 280 000;

€ 0,61 — Ilhas Canárias e Madeira — 230 000;

€ 0,75 — Armas do Funchal — 230 000;

€ 1 — Barcos de Cabotagem — 230 000;

Dois blocos com dois selos cada de € 2,45 — 66 000.

O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*, em 10 de Abril de 2008.

**Portaria n.º 304/2008**

**de 18 de Abril**

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, que seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos alusiva aos «Vultos da História e da Cultura», com as seguintes características:

*Designer:* Atelier Acácio Santos;

*Ilustração:* André Carrilho;

*Dimensão:* 30,6 mm × 40 mm;

*Picotado:* 13 × Cruz de Cristo;

*Impressor:* Cartor;

*1.º dia de circulação:* 18 de Abril de 2008;

*Taxas, motivos e quantidades:*

€ 0,30 — Padre António Vieira — 280 000;

€ 0,30 — Mira Fernandes — 280 000;

€ 0,30 — José Relvas — 280 000;

€ 0,30 — Ricardo Jorge — 280 000;

€ 0,30 — Vieira da Silva — 280 000;

€ 0,30 — Manoel de Oliveira — 280 000.

O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*, em 10 de Abril de 2008.